

Perspectivas de sucessão familiar em propriedades rurais de Videira-SC

Prospects of family succession in rural properties in Videira-SC

*Carmen Gonçalves da Silva Fischer¹
Aline Fischer Pauluk²
Augusto Fischer³*

Resumo

Este trabalho teve como objetivo identificar as perspectivas de sucessão familiar em propriedades rurais no município de Videira, localizado no Meio Oeste de Santa Catarina nas atividades rurais. O trabalho se caracteriza quanto à abordagem dos dados como pesquisa quantitativa e qualitativa, e quanto aos fins, como pesquisa exploratória e descritiva. Aplicou-se a pesquisa de campo complementada com a pesquisa bibliográfica e documental. A população compreende os agricultores familiares de Videira, e a amostra foi constituída por 116 entrevistados. Os dados primários foram coletados através de entrevista semiestruturada. As entrevistas foram realizadas nas dependências do Sindicato dos Produtores Rurais de Videira, e nas sedes capelas ou ermidas das comunidades rurais. Para o tratamento e análise dos dados, utilizou-se os recursos de planilha eletrônica Excel. Os resultados identificam que a maioria pretende continuar na atividade agrícola. Porém, somente em 57% das propriedades familiares têm algum membro com interesse na sucessão da propriedade.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Propriedade Rural. Atividade Rural. Sucessão Familiar.

¹ Docente da Universidade do Oeste de Santa Catarina. *E-mail:* carmen.fischer@unoesc.edu.br

² Acadêmica da Universidade do Oeste de Santa Catarina. *E-mail:* apauluk29@gmail.com

³ Docente da Universidade do Oeste de Santa Catarina. *E-mail:* augusto.fischer@unoesc.edu.br

Abstract

This study aimed to identify the prospects for family succession in rural properties in the county of Videira, located in the Midwest of Santa Catarina. The work is characterized in terms of data approach as quantitative and qualitative research, and in terms of purposes, as exploratory and descriptive research. Field research was applied, complemented by bibliographic and documentary research. The population comprises family farmers of Videira, and the sample consisted of 116 respondents. Primary data were collected through semi-structured interviews. The interviews were conducted in the premises of the Union of Rural Producers of Videira, and in the chapels of rural communities. For the treatment and analysis of the data, the resources of Excel spreadsheet were used. The results identify that the majority intends to continue in the agricultural activity. However, only 57% of family properties have a member with an interest in the succession of the property.

Keywords: Family Farming. Rural Property. Rural Activity. Family Succession.

Data de submissão: 17 de setembro de 2020

Data de aprovação: 17 de dezembro de 2020

e0683

Introdução

A agricultura familiar é de suma importância para a produção de alimentos, na geração de emprego e renda, e na preservação ambiental (RAMBO; TARSITANO; LAFORGA, 2016). Conforme dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), a agricultura familiar responde por 23% de toda a produção agropecuária brasileira, e emprega 67% da mão de obra no setor. Discussões sobre a importância socioeconômica deste segmento para o desenvolvimento rural são recorrentes. Com base em tais debates, a partir da década de 1990, foram criadas políticas públicas pelo Governo para promover e desenvolver mecanismos de estímulo aos agricultores familiares, incluindo acesso à participação em programas do governo, e instituídos, entre outros, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Contudo, são inúmeras as dificuldades enfrentadas, decorrentes de um processo histórico iniciado a partir da colonização, no qual se privilegiou a grande propriedade. De acordo com Grossi e Silva (2002), no Brasil, a partir da instalação de indústrias produtoras de insumos para a agricultura (máquinas, adubos químicos e agrotóxicos), o Estado montou inúmeros aparatos para incentivar o uso dessas tecnologias. O processo de modernização rural e exigências impostas pelas normas de vigilância sanitária que embaraçam as condições para a comercialização de produtos dos agricultores, são algumas das razões que levam os agricultores familiares a encontrarem barreiras para permanecerem no meio rural, dificultando o acesso e melhorias de meios alternativos para geração de renda que proporcione melhorias de qualidade de vida.

A falta de perspectivas para os agricultores familiares tem estimulado o êxodo rural.

A falta de perspectivas para os agricultores familiares tem estimulado o êxodo rural, contribuindo, muitas vezes, para a geração de problemas urbanos de ordem social. Aqueles que saem do campo, especialmente os mais jovens, são também os que encontrarão maiores dificuldades na colocação em vagas de trabalho nos centros urbanos.

O município de Videira se caracteriza pela pequena propriedade rural familiar, cuja base produtiva volta-se, em considerável proporção, para o sustento familiar e o excedente é comercializado nos supermercados ou em feiras de produtos agropecuários locais. A comercialização dos excedentes é geralmente destinada à complementação de renda dos agricultores, possibilitando a aquisição de alimentos não produzidos nas suas propriedades, bem como para atender demais necessidades como vestuário, medicamentos, entre outros. Contudo, para a comercialização de seus produtos, o agricultor familiar enfrenta dificuldades para atender as adequações decorrentes de exigências por parte de órgãos da vigilância sanitária ou de outros órgãos competentes. Essas exigências incorrem em custos que inviabilizam as atividades, gerando insatisfação e desmotivando sua permanência no meio rural.

A presente proposta de pesquisa objetiva identificar as perspectivas dos agricultores familiares do município de Videira quanto à permanência e continuidade nas atividades rurais. O conhecimento das perspectivas permitirá o delineamento de estratégias e ações por parte destes públicos e da sociedade, para promover e desenvolver mecanismos de estímulo aos agricultores familiares, incluindo acesso à participação em programas do governo, como o PROAGRO, o PRONAF e o PAA.

Na agricultura familiar, a gestão e o trabalho estão sob a responsabilidade do agricultor, diferentemente das demais agriculturas, especialmente a empresarial. De acordo com Veiga (1991), na agricultura familiar, a direção do processo produtivo é assegurada diretamente pelos proprietários; nesta há ênfase na diversificação; na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida. Enfatiza ainda que as decisões são imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo. Nestas propriedades, há cultivo de árvores frutíferas, pequenas criações, plantio de culturas diversas para subsistência familiar e venda do excedente à mercados específicos.

Dentre as características que diferenciam uma propriedade de outra, extensão da área, meios de produção, recursos financeiros e aparato tecnológico, estratégias de vida e distância da área urbana. Outro fator importante a ser considerado é quanto aos programas que os agricultores familiares podem utilizar-se, dentre eles o PRONAF e o PAA, que têm se mostrado promissores em uma perspectiva de proporcionar maior autonomia às propriedades.

O êxodo rural não é um fenômeno apenas dos dias atuais, mas a falta de perspectivas e políticas de incentivo podem acelerar esse

processo. As facilidades de acesso diário aos centros urbanos para frequência aos estudos e realização de serviços diversos, melhoraram significativamente com o tempo, reportando-se aqui tanto aos meios próprios de transportes, como os meios disponibilizados pelas autoridades competentes no que trata de transporte público.

Outro fator que contribuiu para maior conforto dos que residem no meio rural, refere-se à tecnologia. Seu acesso se tornou mais fácil, permitindo novas possibilidades nas mais diversas áreas. Porém, a falta e perspectivas para os agricultores familiares ainda continua gerando insegurança em relação à sucessão familiar nas atividades da propriedade rural. Muitos agricultores ainda se deparam com a saída de um ou mais de seus membros familiares em busca de novas alternativas através de empregos com registros em carteira profissional, em busca de formação escolar, dentre outras.

**Na agricultura familiar,
a gestão e o trabalho estão
sob a responsabilidade do
agricultor, diferentemente
das demais agriculturas.**

Neste sentido, o objetivo geral deste estudo é identificar as perspectivas de sucessão familiar dos agricultores familiares de Videira nas atividades rurais. E os objetivos específicos são: identificar o nível de satisfação com as condições nas propriedades rurais; identificar as condições de qualidade de vida nestas propriedades; e apurar as perspectivas quanto à permanência e sucessão nestas propriedades.

O artigo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção apresenta a revisão bibliográfica que sustentou este estudo. Na terceira, descreve-se o delineamento e os procedimentos metodológicos. Na quarta, são apresentados os resultados. As considerações finais são apresentadas na última seção.

1 Revisão Bibliográfica

A agricultura familiar é definida por Abramovay (2007) como aquela em que a gestão, a propriedade e maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Na mesma perspectiva, Savoldi e Cunha (2010), afirmam que os agricultores familiares são de fato pequenos agricultores, muitos dos estabelecimentos familiares são minifúndios sem condições apropriadas para a permanência da família no estabelecimento.

Soares, Melo e Chaves (2009 p. 2) definem a agricultura familiar como “uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família, ou seja, os empreendimentos familiares têm duas características principais: administração e trabalho familiar”.

O Dossiê Estatístico elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Agricultura

e Alimentação (FAO, 2000) caracteriza Agricultura Familiar a partir de três pontos centrais: 1. a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; 2. a maior parte do trabalho é realizada pelos membros da família; 3. a propriedade dos meios de produção pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (FISCHER; MARINI; FILIPPIM, 2016)

De acordo com Soares, Melo e Chaves (2009) a agricultura familiar no Brasil tem diferentes características, inclui desde famílias muito pobres, mantendo de forma precária um pedaço de terra, até famílias com dotação de recursos necessários para usufruírem das oportunidades criadas em seu contexto. Na perspectiva dos autores, a maioria dos produtores familiares se caracteriza como pequenos proprietários e observam que somente os grandes produtores foram beneficiados pelo Estado com subsídios e incentivos.

Silva e Mendes (2009) afirmam que a situação dos pequenos produtores se agravou com a expansão do sistema capitalista na agricultura brasileira a partir, principalmente, de 1960. Esse processo de modernização foi seletivo e excludente.

Soares, Melo e Chaves (2009) e Fischer, Marini e Filippim (2016) observam que a agricultura familiar enfrenta ainda restrições de acesso aos mercados de serviços em geral, e não apenas ao crédito. Nesse sentido, é preciso estimular a participação dos agricultores familiares nas políticas públicas, garantindo a eles acesso à terra e ao crédito, condições e tecnologias para a produção, além de garantias para a comercialização dos seus produtos.

1.1 A Modernização e Exclusão dos Agricultores Familiares

O processo de modernização da agricultura iniciado de forma mais intensa nos anos de 1960, intensificado em 1970, desencadeou grandes transformações no cenário econômico e social no espaço rural brasileiro (SAVOLDI; CUNHA, 2010). Esse processo de modernização da agricultura provocou intensa diferenciação entre regiões e grupos sociais; aumentando a distância entre o grande e o pequeno produtor no país.

A agricultura empresarial moderna recebe a grande parte dos incentivos em créditos, afirma Silva e Mendes (2009). Afirmam também que a modernização da agricultura modificou as relações dos pequenos produtores baseadas essencialmente na família, na terra e no trabalho, agravando suas condições de inserção no mercado, pois com a expansão do setor mercantil de alimentos não seria viável investir em pequenas propriedades.

Ainda de acordo com as autoras, a maioria dos pequenos produtores é excluída do processo de modernização, conservando muitas de suas características tradicionais: a dependência em relação à grande propriedade, a precariedade do acesso aos meios de trabalho, a pobreza dos agricultores e sua extrema mobilidade social (SILVA; MENDES, 2009).

Savoldi e Cunha (2010) reforçam a ideia de que dentre os aspectos negativos desse processo de modernização, as muitas precariedades, o caráter rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção, pobreza da população, contribuíram para o êxodo rural. Nas lavouras, por exemplo, as atividades que antes eram executadas por várias pessoas passaram a ser realizadas por poucas,

A modernização da agricultura modificou as relações dos pequenos produtores.

deixando milhões de pessoas desempregadas, que não tinham outra opção a não ser a cidade. Outro reflexo é observado na organização do trabalho familiar, o que era atividade de toda a família, hoje pode ser executado por apenas uma pessoa (GROSSI; SILVA, 2002).

Outra consequência deste processo de modernização, deu-se em termos de inviabilizar a produção em razão da baixa competitividade e do baixo poder de barganha das propriedades de nível familiar, levando muitos desses produtores a venderem suas terras para aventurarem-se nos pequenos, médios e grandes centros urbanos ou, continuar a viver nas suas terras em condições de miséria rural, abandonados pelos programas excludentes de incentivo a modernização da agricultura (GROSSI; SILVA, 2002).

A predominância de atividades agrícolas que geram pouca renda por unidade de área, a reduzida participação dos pequenos produtores no preço final dos produtos, escassos conhecimentos gerenciais e de mercado por parte dos produtores, e o reduzido grau de organização estão entre as principais causas dos problemas econômico-financeiros da agricultura familiar em Santa Catarina (ALTMANN; MIOR; ZOLDAN, 2008). O baixo nível de renda e a insatisfatória qualidade de vida para boa parte das famílias rurais são responsáveis

pelo êxodo rural médio da ordem de 1% ao ano (2% entre os jovens), com tendência a acelerar-se num processo de envelhecimento da população rural (ALTMANN; MIOR; ZOLDAN, 2008).

Para fazer frente e na tentativa de atenuar a problemática, são disponibilizados alguns programas que os agricultores familiares podem utilizar, dentre eles o PRONAF. Esse programa possibilita o aumento da capacidade produtiva, impactando na geração de empregos e melhoria de rendas, contribuindo, desta forma, com o desenvolvimento sustentável do segmento rural. Outro programa que também tem contribuído e gerado perspectiva de maior autonomia aos agricultores é o PAA. Contudo, este último carece de uma política governamental para que sua efetivação venha ser realizada e contemple as necessidades locais.

1.2 Sucessão nas Propriedades Rurais

A sucessão rural é um dos principais desafios enfrentados pela agricultura familiar. Abramovay (2007) defende que a principal característica deste processo é a transferência pelos pais do controle da gestão do patrimônio familiar aos seus filhos. A problemática tem em suas principais causas o desinteresse dos filhos em assumirem as atividades que a família vinha desempenhando.

No meio rural brasileiro ocorreram profundas mudanças, em grande parte decorrentes das políticas de modernização da agricultura, que privilegiaram os grandes e médios produtores rurais em detrimento da pequena propriedade. Neste cenário também se registrou uma intensa diminuição da população rural, principalmente de jovens, que buscam nos centros urbanos melhores oportunidades de trabalho (ZAGO, 2016). Fatores

como a instabilidade e até mesmo a insuficiência de renda e a falta de atrativos, entre outros, são os que mais contribuem para os jovens buscarem suas aspirações nas cidades.

Fischer, Marini e Filippim (2016) afirmam que em Santa Catarina, mais especificamente na região Oeste do estado, há muitos obstáculos para a permanência dos jovens na agricultura. Entre os principais fatores que dificultam a continuação, a ausência de perspectivas de uma vida melhor, a falta de capital para investimentos, a falta de novas oportunidades e de terra suficiente para o cultivo de forma rentável. Afirmam ainda que a saída dos jovens pode provocar impactos quanto à continuidade das atividades nas propriedades rurais, no médio e longo prazo.

A falta de perspectiva de continuidade na atividade traz consequências que geram preocupação quanto ao amparo na velhice ou mesmo quando se requer cuidados com a saúde. A saída dos filhos da propriedade em busca de seus projetos pessoais causa incerteza aos pais,

A sucessão rural é um dos principais desafios enfrentados pela agricultura familiar.

que certamente terão dificuldades em conduzir as atividades, seja por envelhecimento, saúde e até mesmo por falta de força de trabalho. Nesta situação, algumas possíveis soluções encontradas são a contratação de mão de obra de terceiros, diminuição de área cultivadas e até mesmo descontinuidade de atividades antes exercidas. A situação mais comumente encontrada é o desfecho com a venda da propriedade.

Embora o quadro apresente-se de forma não tão promissora, existem fatores que influenciam a permanência dos jovens na atividade agrícola. Uma propriedade viável economicamente é seguramente uma perspectiva que terá elevado peso na hora da análise de decisão em deixar a atividade. Além da viabilidade econômica, são condições que trarão mais segurança na permanência na propriedade rural: o acesso à tecnologia que ofereça mais facilidade e conforto na execução das atividades; as perspectivas de obtenção de rendas complementares às atividades agrícolas; as relações fortalecidas entre pais e filhos; a valorização da profissão de agricultor.

2 Procedimentos Metodológicos

O objeto de estudo do presente projeto é a identificação das perspectivas de permanência nas atividades rurais dos agricultores familiares do município de Videira. Para o desenvolvimento deste projeto foram utilizadas as abordagens metodológicas da pesquisa qualitativa, em razão da natureza fenomenológica para a identificação das perspectivas. Também foram utilizadas as abordagens quantitativas com vistas a mensurar a importância de aspectos relacionados às perspectivas de permanência e suas condições.

Quanto aos objetivos, caracteriza-se como pesquisa exploratória, pois busca proporcionar maiores informações relacionadas ao objeto em estudo (GIL, 1999). Também se caracteriza como pesquisa descritiva, visto que buscou descrever as percepções dos agricultores familiares acerca das perspectivas, e estabelecer relações entre estas percepções (GIL, 1999).

Quanto aos procedimentos, caracteriza-se como pesquisa de campo, complementada com os procedimentos da pesquisa bibliográfica e documental. Os dados primários foram coletados através de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos agricultores familiares. As entrevistas foram realizadas nas residências dos agricultores, nos sindicatos dos produtores rurais e nas sedes capelas ou ermidas das comunidades rurais. Os dados primários foram complementados com consultas documentais relacionadas ao objeto.

Os dados primários quantitativos foram tabulados e ordenados em quadros e tabelas para possibilitar a análise. Os dados qualitativos primários e secundários foram ordenados com base nas seguintes categorias: propriedades, permanência e continuidade nas atividades rurais e sucessão familiar. Para as análises dos dados quantitativos, utilizou-se técnicas da estatística descritiva. Para a análise dos dados qualitativos foram utilizadas técnicas da análise de conteúdo e da triangulação entre as entrevistas, as observações e os documentos.

3 Resultados

Os resultados da pesquisa compreendem as perspectivas dos agricultores familiares do município de Videira quanto às condições e à estrutura de suas propriedades, bem como

permanência, continuidade nas atividades rurais e possibilidade de sucessão familiar nas atividades na propriedade rural. Identificaram-se também estratégias e ações voltadas para a manutenção e permanência em suas atividades, desenvolvidas pelo público objeto deste estudo, considerando a distância da cidade.

Quanto ao perfil dos entrevistados, 65% possui acima de 40 anos, e metade tem até o segundo grau completo. Na TAB. 1 apresenta-se a distribuição por faixa etária e escolaridade.

TABELA 1 – Faixa etária e escolaridade (%)

Faixa etária	Escolaridade						Total
	1º grau incompleto	1º grau completo	2º grau incompleto	2º grau completo	3º grau incompleto	3º grau completo	
Até 24 anos	-	-	1	2	3	3	9
De 25 a 29 anos	-	-	-	2	3	-	4
De 30 a 34 anos	-	-	-	9	-	3	13
De 35 a 39 anos	-	-	-	4	1	3	9
De 40 a 44 anos	3	3	2	4	-	3	15
Acima de 45 anos	22	16	3	7	-	2	50
Totais	24	20	6	28	7	15	100

FONTE: Os autores (2020)

A metade dos agricultores está na faixa etária acima de 45 anos, seguida da faixa entre 40 a 44 anos com 15%. As faixas etárias acima de 40 anos concentram os menores níveis de escolaridade, ou seja, possuem ensino fundamental incompleto ou ensino fundamental completo, perfazendo um total de 44% da amostra. Nesta mesma faixa etária no ensino médio, encontram-se 16%, e com ensino superior completo tem 5%. Nas faixas etárias entre 25 a 39 anos, observa-se maior nível de escolaridade. Na faixa inferior a 24 anos, estão em processo de formação.

Quanto aos entrevistados com mais de 35 anos, que representam 74% da amostra, dois terços possuem baixa escolaridade, ou seja, têm somente até o segundo grau incompleto. Estes fatores podem comprometer a continuidade das atividades nas propriedades rurais. A qualificação impacta de forma decisiva no desempenho de atividades que venham agregar valor aos produtos.

Para identificar as movimentações de residentes nas propriedades, levantou-se o número de familiares e quantos familiares já saíram das propriedades. Quanto à composição familiar, 70% possui 4 ou mais membros morando nas unidades pesquisadas, incluindo o entrevistado. Na TAB. 2, apresentam-se os resultados, considerando a saída de 1 a 4 familiares por residência, ou nenhum familiar deixou a propriedade.

TABELA 2 – Familiares residentes na propriedade versus familiares já que deixaram a propriedade (%)

Familiares residentes	Número de familiares que já deixou a propriedade					Totais
	Nenhum	1	2	3	4 e mais	
2	3	1	3	3	2	11
3	8	3	5	1	1	18
4	18	10	5	1	0	34
5 acima	22	10	3	0	2	36
Totais	50	25	16	4	4	100

FONTE: Os autores (2020)

Apurou-se que em 50% das propriedades a constituição familiar não teve mudança, permanecendo todos os membros. Para 41% dos entrevistados, entre 1 e 2 familiares já deixaram a propriedade. Entre os motivos que os levaram a deixarem a propriedade, foram apontados, por

ordem de incidência, os seguintes: estudos, busca de trabalho em empresas e casamento. Também foram apontados como motivos: a busca de novas oportunidades e não gostar ou achar que a atividade na agricultura tem muitas dificuldades. De acordo com uma entrevistada, “[...] meus filhos foram para a cidade, em busca de trabalho, acham sofrido na agricultura... [...] buscar outras fontes mais rentáveis”. Fischer, Marini e Filippim (2016) defendem que

Entre os principais fatores que dificultam a continuação dos familiares de agricultores nas atividades agrícolas, destacam-se: a ausência de perspectivas de uma vida melhor; a falta de capital para investimentos; a falta de novas oportunidades; e terra suficiente para o cultivo de forma rentável.

Quando são atendidos todos esses fatores, os motivos de saída da propriedade tendem a reduzir sensivelmente.

Além de equipamentos e maquinários adequados, a mão de obra é de vital importância porque há uma variedade de atividades que são desenvolvidas na propriedade. Há demandas que necessitam de um número maior de pessoas, onde a estratégia é a contratação de mão de obra de terceiros, mas nas demais a própria família tem possibilidade de atender plenamente estas atividades, portanto, quando ocorre a saída de um destes, surge a preocupação em como manter os níveis de trabalho requeridos.

Quanto à sucessão familiar na propriedade rural, buscou-se identificar a perspectiva de sucessão, relacionando-a com a fonte de renda e a faixa etária. Para a fonte de renda, foi considerado se a renda provém da agricultura ou se há outra fonte complementar. A TAB. 3 apresenta a distribuição das perspectivas relacionadas à fonte de renda e à faixa etária.

TABELA 3 – Perspectiva de sucessão familiar x fonte de renda x faixa etária (%)

Perspectiva de Sucessão	Renda principal	Faixa etária						Totais
		Até 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	Acima 45	
Com perspectiva	Propriedade	7	1	7	5	6	13	39
	Outras fontes	2	2	1	1	2	11	18
	Subtotal	9	3	8	6	8	24	57
Sem perspectiva	Propriedade	0	0	4	1	5	9	20
	Outra fontes	1	2	1	2	2	16	23
	Subtotal	1	2	5	3	7	26	43

FONTE: Os autores (2020)

Entre aqueles que afirmam ter perspectivas de sucessão familiar, mais de 68% têm na propriedade a sua única fonte de rendas, enquanto os demais juntam aos seus rendimentos a aposentadoria e ganhos com outras atividades. Por outro lado, quanto àqueles que estão sem perspectivas para a sucessão, mais de 53% complementam suas rendas com outras fontes, fora da propriedade, quer seja por meio da aposentadoria e outras atividades de prestação

de serviços. Nas faixas etárias até 34 anos, a perspectiva de sucessão familiar está relacionada a iniciativas adotadas pelas famílias. Decisões como divisão de bens dos proprietários com seus filhos, quando ainda jovens, configuram-se como incentivos para a permanência destes na atividade rural. Os resultados apontam que a perspectiva de permanência está mais relacionada com a origem da renda. Esta, por sua vez, baseia-se em propriedades com melhores estruturas em tecnologia e gestão, e maior inserção de suas produções no mercado.

Quanto aos entrevistados que têm outras fontes somadas às suas rendas, aproximadamente 66% encontram-se na faixa etária acima de 45 anos. Destes, aproximadamente 88% aumentam sua renda familiar com a aposentadoria, e os demais obtêm renda adicional com outras atividades, tais como prestação de serviços a outros agricultores como diaristas e prestação de serviços de pequenos fretes. Há também, aqueles que complementam suas rendas por meio de familiares empregados em empresas da cidade próxima. A busca de complementação de renda também foi observada em outras faixas etárias. As mais citadas, se referem à prestação de serviços como pedreiros, aluguel de imóveis na cidade, produção de sucos e massas caseiras para venda em feiras e a moradores próximos, emprego em empresas ou em outras propriedades maiores que demandam de mão de obra.

Quanto à influência de fatores sobre as perspectivas de sucessão familiar nas atividades rurais, o baixo rendimento das atividades constitui a maior dificuldade, principalmente entre aqueles sem perspectivas de sucessão. Na TAB. 4 são relacionadas as dificuldades apontadas tanto pelos entrevistados com perspectivas quanto pelos demais.

TABELA 4 – Dificuldade enfrentadas e perspectiva de sucessão (%)

Dificuldades enfrentadas	Perspectiva de sucessão		
	Sim	Não	Total
Assistência técnica	8	3	10
Baixo rendimento atividade	27	25	52
Baixo poder aquisitivo	-	2	2
Baixo volume de produção	1	2	3
Capital de giro reduzido	3	1	4
Dificuldade acessar crédito	3	3	7
Instabilidade preços produtos	9	6	16
Dificuldade Habilitar Reserva	3	-	3
Nenhuma	2	2	3
Totais	57	43	100

FONTE: Os autores (2020)

O baixo rendimento das atividades da propriedade é apontado como a maior dificuldade, mesmo entre os proprietários com possibilidades de sucessão familiar. A instabilidade nos preços dos produtos e falta de assistência técnica foram apontadas com 16% e 10%, respectivamente.

O baixo rendimento das atividades da propriedade é apontado como a maior dificuldade, mesmo entre os proprietários com possibilidades de sucessão familiar.

Segundo um agricultor entrevistado: “A instabilidade nos preços traz preocupação para quem vive da terra. Não se tem certeza que vai conseguir pagar suas dívidas”.

Outro entrevistado corrobora a afirmação anterior ao se reportar a instabilidade dos preços dos produtos, sendo que os insumos para a produção são indispensáveis e neste quesito, tem que seguir as normas de mercado. Este comenta que: “A matéria prima tem seu preço estabelecido pelo mercado, o que dificulta uma estabilidade financeira com bons retornos constantes. Se não tem retorno, não tem como investir na propriedade”. Estas dificuldades podem ser complementadas pelo baixo poder aquisitivo levantado entre os respondentes sem perspectivas de sucessão familiar. Os resultados relacionados aos rendimentos conferem em parte com o achado de Ferrari (2003), que constatou na baixa remuneração um fator de esvaziamento do meio rural.

O Governo Federal dispõe de programas de estímulo e fomento às atividades agropecuárias, visando assegurar a geração e garantia de renda, bem como proporcionar o desenvolvimento sustentável do setor rural. Os principais programas do governo são: i) o PROAGRO garante o pagamento de financiamentos rurais de custeio agrícola quando a lavoura amparada tiver sua receita comprometida ou reduzida devido a eventos climáticos, pragas ou doenças sem controle; ii) o PRONAF tem por objetivo fortalecer, por meio de financiamento, as atividades e serviços agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas que possam melhorar a qualidade de vida das famílias produtoras; e iii) o PAA tem por objetivo a aquisição de produtos da agricultura familiar, com a finalidade de atender a demanda de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar. Metade dos

entrevistados não utiliza nenhum programa de estímulo ou fomento à agricultura e esta proporção é maior entre os entrevistados sem perspectivas de sucessão familiar. A TAB. 5 demonstra os programas de apoio utilizados.

TABELA 5 – Programas de apoio ou fomento utilizados (%)

Programa que utiliza	Perspectiva de sucessão		
	Sim	Não	Total
Nenhum	47	54	50
Proagro	32	24	28
Pronaf	50	46	48
PAA	5	4	4

FONTE: Os autores (2020)

Outro programa que também tem contribuído e gerado perspectiva de maior autonomia aos agricultores é o PAA. Contudo, este último carece de uma política governamental para que sua efetivação venha ser realizada e contemple as necessidades locais. A constatação deste fato está no baixo índice de respondentes que utilizam este programa.

Entre aqueles que não utilizam nenhum dos programas de estímulo ou fomento do governo, identificou-se insatisfação com as políticas governamentais que culminam na descrença de que algum programa possa contribuir para a melhoria de suas atividades e melhoria de desempenho. Um exemplo para fundamentar os motivos para a falta de adesão aos programas do governo é a afirmação de um dos entrevistados: “nunca chega ao pequeno agricultor [...] meus pais sempre criticaram a política agrícola, penso que devemos ser focados e produzir com qualidade sem depender do governo”.

Há referência de intensão de buscar tais programas, no entanto, acreditam que o processo seja moroso e burocrático e que não terão êxito

na busca de apoio nestes programas: “tem alguma ajuda, mas é tudo muito burocrático”. Outros, entretanto, já buscaram tais programas e não obtiveram sucesso, conforme relato de um agricultor: “há muita burocracia nos programas que oferecem [...], parece que querem dificultar tudo”. Estes relatos ilustram a percepção de alguns dos respondentes, que demonstraram interesse em algum dos programas, mas esbarraram em alguma dificuldade e por isso não deram continuidade. As afirmações dos respondentes corroboram, principalmente em relação ao PAA, a falta de políticas efetivas que dependem de ações do governo estadual em convênio com as prefeituras.

Buscou-se também conhecer o nível de satisfação quanto às condições da propriedade rural, identificando-se que 73% (TAB. 6) afirmam estar satisfeitos com as condições em suas propriedades, embora 44% destes não tenham a perspectiva de sucessão familiar.

TABELA 6 – Percepção quanto à sua propriedade e quanto à situação dos agricultores da região (%)

Quanto à sua propriedade	Percepção sobre a situação dos agricultores				Totais
	Boa	Satisfatória	Regular	Ruim	
Satisfeito	28	25	36	11	73
Insatisfeito	10	26	39	26	

FONTE: Os autores (2020)

A maioria dos entrevistados satisfeitos com as condições em suas propriedades percebe a situação dos agricultores da região como boa e satisfatória. Por outro lado, entre aqueles insatisfeitos com as condições de suas propriedades, a maioria percebe que a situação dos demais agricultores da região é regular ou insatisfatória.

Os motivos da satisfação com as condições de suas propriedades estão relacionados à estrutura de suas propriedades às garantias ou reservas financeiras para fazer a manutenção, ao avanço das técnicas de manejo, às condições de moradia que julgam serem bem adequadas, à segurança e tranquilidade que o interior possibilita e por gostarem do que fazem. Outros motivos para a satisfação estão relacionados à tradição familiar, quando afirmam que já viviam na propriedade com seus pais e agora pretendem continuar com a família que constituíram. Conforme um dos relatos: “fui criado na mesma propriedade, dali vem meu sustento, já criei meus filhos e percebo que a propriedade terá continuidade com as boas condições que temos aqui”.

Quanto aos demais entrevistados descontentes com as condições em suas propriedades, apurou-se como motivos dos descontentamentos: o baixo retorno financeiro, na sua maioria decorrente da instabilidade dos preços; a falta de incentivo do governo; e, em muitos casos, aos problemas relacionados com qualidade dos produtos. Nos aspectos financeiros, relatam falta de capital de giro, recursos escassos para aumentar e promover melhorias necessárias, dificuldades em minimizar os custos e dificuldades em saldar dívidas contraídas em financiamentos para compra de maquinários. O tamanho da propriedade também foi apontado como motivo de insatisfação, por não ter possibilidade de aumentar a produção ou vislumbrar novas alternativas para geração de renda. Conforme relato de um dos entrevistados:

gostaria de ter melhores condições de trabalho para ter uma vida mais saudável, mas por ser pequena propriedade não consigo investir, fico desmotivado. A atividade não está compensando todo esforço. Além disso, o preço dos produtos comercializados não está sendo o esperado. Falta uma boa política agrícola.

Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo identificar as perspectivas de permanência dos agricultores familiares de Videira nas atividades rurais. Para sua realização, foi necessário o deslocamento até as propriedades rurais do município e também fazendo entrevistas na Associação de Produtores Rurais por época em que os agricultores procuram a entidade para realização da declaração do imposto sobre a propriedade rural e nas sedes capelas ou ermidas das comunidades rurais.

Com a realização das entrevistas, foi possível identificar que, sem exceção, todas as propriedades possuem estrutura básica necessária para produção de derivados do leite, tais como queijo, manteiga, nata, também processamento artesanal da carne suína fazendo salames e demais produtos. Quanto ao plantio de cereais para compor a alimentação, percebeu-se que há uma variedade grande, abrangendo desde soja, milho, feijão, entre outros. Igualmente a produção de hortaliças e árvores frutíferas contam com uma variedade grande. Todo o excedente é vendido de forma in natura ou processados de forma artesanal, como exemplo a produção de doces caseiros.

Por questões culturais, há grande procura por produtos coloniais e desta forma, os pequenos agricultores têm a oportunidade de aumento de renda vendendo o excedente, tanto in natura como processados. Essa venda ocorre muitas vezes através de feiras organizadas ou mesmo, direto ao grupo de clientes já formados.

Contudo, a fonte principal da renda vem de produtos em uma escala maior de produção tais como criação de suínos, frango e gado cuja venda ocorre direto aos frigoríficos da região. Da mesma forma, o plantio de grãos, cuja produção é vendida a empresas locais e regionais para a industrialização.

O financiamento das atividades agropecuárias ocorre por diversos programas como o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Alguns agricultores utilizam-se dos três citados. No entanto, 50% deles não utiliza nenhum programa, ou seja, os financiamentos das custas relativas à sua propriedade, bem como de seus moradores, são resultados das vendas de suas produções e também de outras fontes de renda citadas por eles, tais como a aposentadoria, prestação de serviços a outrem, aluguel de casas, trabalho com carteira assinada de algum membro familiar, entre outras. Apesar de visarem estimular as atividades da agricultura familiar, os programas públicos ainda dependem de ajustes para facilitarem o acesso aos agricultores. Os programas já foram submetidos a diversos ajustes ao longo de suas vigências, mas ainda apresentam dificuldades, como burocracia, morosidade, entre outras. Particularmente o PAA depende de ações do governo estadual e de governos municipais.

A perspectiva de sucessão foi identificada em 57% da amostra entrevistada, mesmo em situações em que tenham apontado como um dos maiores problemas enfrentados o baixo rendimento da atividade e a instabilidade nos preços dos produtos. Destes que tem a percepção de que a atividade na propriedade rural ainda é a melhor alternativa para si e sua família, utilizam de estratégias para que seus filhos tenham interesse em permanecer na propriedade. Essas estratégias foram colocadas como grande diferencial. Uma delas é a divisão de bens assim que os filhos atingem a maioridade, desta forma eles já vão trabalhando no que é seu; e a outra está direcionada à tecnologia. A conexão com o mundo e conexão às redes sociais contribuem para que não tenham estímulos para morarem na área urbana.

Referências

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007. 296 p.
- ALTMANN, R.; MIOR, L. C.; ZOLDAN, P. **Perspectivas para o sistema agroalimentar e o espaço rural de Santa Catarina em 2015**. Florianópolis: Epagri, 2008. 133 p.
- FERRARI, D. L. **Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina**. 2003. 190 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Unicamp/Instituto de Economia. Campinas: Unicamp, 2003.
- FISCHER, A.; MARINI, D.; FILIPPIM, E. Perspectivas de Agricultores Familiares para a Permanência na Atividade Rural. **Espacios**, v. 37, n. 7, p. 10, 2016. Disponível em: <<https://www.revistaespacios.com/a16v37n07/16370710.html>>. Acesso em: 10 set. 2019.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.
- GROSSI, M. E. D.; SILVA, J. G. **Novo rural**: uma abordagem ilustrada. Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná, 2002. v. 1. 53 p.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censoagropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 20 out. 2019.
- INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília: INCRA/FAO, 2000.
- RAMBO, J. R.; TARSITANO, M. A. A.; LAFORGA, G. Agricultura familiar no Brasil, conceito em construção: trajetória de lutas, história pujante. **Revista de Ciências Agro-Ambientais**, Alta Floresta, v. 14, n. 1, p. 86-96, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/rcaa/article/view/1415>>. Acesso em: 09 set. 2019
- SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, Pronaf e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Geografar**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 25-45, jan./jun. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/geografar.v5i1.17780>. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/17780/11607>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- SILVA, J. M.; MENDES, E. P. P. Agricultura familiar no Brasil: características e estratégias da comunidade Cruzeiro dos Martírios – município de Catalão (GO). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais do XIX ENGA**. São Paulo, 2009. p. 1-28. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/23.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2020.
- SOARES, I. F.; MELO, A. C.; CHAVES, A. D. C. G. A agricultura familiar: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável no município de Condado-PB. **Infotecnarido**, Mossoró, v. 3, n. 1, p. 56-63, jan./dez. 2009. Disponível em: <http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/INTESA/article/view/456/pdf_90>. Acesso em: 06 jun. 2020.
- ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, jan./mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216404>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n64/1413-2478-rbedu-21-64-0061.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2020.